

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985; *Poesias do Abade de Jazente*. Num roteiro organizado e anotado por Miguel Tamen, Lisboa: Ed. Comunicação, 1983. In *Colóquio/Letras*, nº 96, Março-Abril de 1987, p. 102-103.

- Francisco Rodrigues Lobo, *Poesia*. Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária de Luís Miguel Nava, Lisboa: Ed. Comunicação, 1985. In *Colóquio/Letras*, nº 97, Maio-Junho de 1987, p. 126.
- Vasco Graça Moura, *Várias Vozes*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. In *Colóquio/Letras*, nº 107, Janeiro-Fevereiro de 1989, p. 99-100.
- Fernando Guedes, *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII-XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987. In *Colóquio/Letras*, nº 108, Março-Abril de 1989, p. 118-119.
- Elisabeth Feish Hirsch, *Damião de Góis* [Tradução de Lia Correia Raitt]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. In *Colóquio/Letras*, nº 110-111, Julho-Outubro de 1989, p. 160-161.

Prólogo

- «Nota preliminar», in Camilo Castelo Branco, *Anos de prosa*; fixação do texto por Maria Joaquina Nobre Júlio. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1973, p. I-IX.

Artigo recebido em 17/09/2022

Artigo aceite para publicação em 30/11/2022

TEOLOGIA MORAL FUNDAMENTAL: A QUESTÃO DA PERMANÊNCIA, UNIVERSALIDADE E APLICABILIDADE DOS PRECEITOS MORAIS DA SAGRADA ESCRITURA

FREI GONÇALO PEREIRA DINIZ, OP

gdiniz@ucp.pt

<https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi30v2>

RESUMO: No presente artigo debruçamo-nos sobre a delicada questão da interpretação e aplicação concreta das exortações e normativas morais presentes na Sagrada Escritura.

A Bíblia, na sua dimensão moral, requer especiais cuidados exegéticos e hermenêuticos. Pela exegese bíblica, os textos são interpretados no contexto literário, cultural e religioso do tempo e do lugar em que foram escritos. Pela hermenêutica, por sua vez, procura-se descobrir e discernir o que o texto bíblico nos ensina hoje, que luz e orientação traz aos leitores/crentes face às suas problemáticas actuais.

Quando se pretenda fazer um “uso moral” da Bíblia há que ter cuidado e critério. Há uma evolução moral do Antigo Testamento para o Novo Testamento segundo uma pedagogia divina. O adultério, por exemplo, era condenado no Antigo Testamento com a pena da lapidação. Jesus continua a censurar o adultério dum ponto de vista moral, mas a cruel pena prevista na Torah (“Lei”) torna-se inadmissível à luz do espírito cristão. A misericórdia vence o juízo legal (Jo 8, 1-11).

Quanto mais concretas forem as normas morais bíblicas, tanto mais cuidadosamente deverão ser interpretadas e aplicadas. A este propósito, é de grande utilidade ter presente o documento da Pontifícia Comissão Bíblica, de 15 de Abril de 1993: “A interpretação da Bíblia na Igreja”. Neste documento apresentam-se dois critérios fundamentais de interpretação: o critério da actualização e o critério da inculturação. Assim se evitam fundamentalismos e se guarda o espírito evangélico.

E aqui chegamos à mensagem nuclear: é fundamental ler e interpretar a Bíblia com chave cristã. Jesus Cristo é a chave de leitura de toda a Sagrada Escritura.

PALAVRAS-CHAVE: Moral; interpretação; exegese; hermenêutica.

ABSTRACT: In this article we focus on the delicate issue of the interpretation

and concrete application of the moral exhortations and regulations present in Sacred Scripture.

The Bible, in its moral dimension, requires special exegetical and hermeneutical care. Through biblical exegesis, texts are interpreted in the literary, cultural and religious context of the time and place in which they were written. Through hermeneutics, in turn, we seek to discover and discern what the biblical text teaches us today, what light and guidance it brings to readers/believers in the face of their current problems.

When one intends to make a “moral use” of the Bible, care and discretion must be exercised. There is a moral evolution from the Old Testament to the New Testament according to a divine pedagogy. Adultery, for example, was condemned in the Old Testament with the penalty of stoning. Jesus continues to condemn adultery from a moral point of view, but the cruel punishment provided for in the Torah (“Law”) becomes unacceptable in the light of the Christian spirit. Mercy overcomes legal judgment (John 8:1-11). The more concrete biblical moral norms are, the more carefully they must be interpreted and applied. In this regard, it is very useful to keep in mind the document of the Pontifical Biblical Commission, dated April 15, 1993: “The interpretation of the Bible in the Church”. This document presents two fundamental interpretation criteria: the updating criterion and the inculturation criterion. This way, fundamentalism is avoided and the evangelical spirit is preserved. And here we come to the core message: it is essential to read and interpret the Bible with a Christian perspective. Jesus Christ is the key to reading all of Holy Scripture.

KEYWORDS: Moral; interpretation; exegesis; hermeneutics.

Para um crente,  partida, a resposta não poderia deixar de ser positiva. Não  a Sagrada Escritura a expressão literária da Revelao cristã? Não encerra a Escritura inúmeros ensinamentos e exortaes morais, e mesmo preceitos expressos a este nível?... A questão, contudo, não  de resposta simples, ao contrário do que possa parecer  vista desarmada.

Existem efectivamente preceitos morais na Sagrada Escritura que são permanentes e directamente aplicáveis  vida concreta dos fiéis, em todo o tempo e lugar, mas há que discernir com muito cuidado e sentido de responsabilidade quais são os preceitos que se enquadram aqui; que natureza têm; qual o seu contexto histórico e cultural; quais as problemáticas que visam solucionar; haverá também que ter em ateno os dados de outros ramos do saber humano; a evoluo das mentalidades e dos costumes; a harmonia geral com os valores cristãos mais

eminentes (justiça, caridade, recta inteno, ...); as regras de interpretao eclesial; etc.

Por outras palavras, haverá que evitar a interpretao literal da Sagrada Escritura, algo que conduz inexoravelmente ao fundamentalismo bíblico, e a tentao da aplicao rápida e simplista dos preceitos morais bíblicos às problemáticas hodiernas. A este respeito, e apesar do entusiasmo que partilhamos com o movimento ecumnico, infelizmente não podemos deixar de lamentar alguns casos que se sucedem em algumas igrejas e congregaes evangélicas e neopentecostais, onde, com muita facilidade e alguma superficialidade, se invocam directamente preceitos bíblicos para problemas morais muito complexos da actualidade, sem a devida exegese e hermenêutica (a exegese e a hermenêutica bíblica não são coincidentes conforme veremos mais adiante).

O fundamentalismo bíblico e a descontextualizao dos seus textos até esteve (e ainda está) na base de arquitecturas políticas profundamente discriminatórias, por exemplo, a partir dos relatos bíblicos de confronto e separao entre Israel e os cananeus, ou entre Israel e os filisteus. Historicamente houve e ainda existem regimes políticos profundamente discriminatórios fundados nestes textos bíblicos (devidamente manipulados...): a segregaao racial nos Estados do Sul dos EUA, até meados do século passado; o regime do *Apartheid* na África do Sul; ou, actualmente, o regime de colonizao judaica ilegal dos territórios rabes ocupados da Cisjordânia.

A ateno que deve ser dada ao “espírito da lei”, e não só  letra da lei, de que tanto falava o grande jurista francês Montesquieu, não quer dizer, contudo, que a letra não seja (naturalmente) importante. Qualquer estudante de Direito aprende que, na interpretao da lei, nunca nos devemos ficar apenas pela letra. Isso  pacífico. Contudo, a letra  também o limite de toda a interpretao possível, sob pena de deixarmos de fazer interpretao do texto legal *sub judice*. Nesse caso, corre-se o risco de esvaziar completamente o texto escrito, ou, então, cair numa série de elucubraes especulativas e fantasiosas, que até podem ser muito interessantes, mas que não têm nada a ver com o texto. O mesmo se aplica ao estudo da Sagrada Escritura, que se quer srio e honesto.

Posio de alguns moralistas acerca desta questão

Para Charles Curran e Richard McCormick, dois conhecidos moralistas do universo anglo-saxnico, a complexa questão do uso da Sagrada Escritura na

Teologia Moral e na ética cristã, em geral, envolve pelo menos quatro aspectos¹:

1) O primeiro aspecto consiste na determinação do sentido do texto em particular, tal como se encontra na Bíblia. Neste processo, urge empregar todos os instrumentos da exegese bíblica contemporânea, incluindo a crítica textual, redaccional e literária, assim como a origem e forma do texto. A este nível, o moralista está muito dependente dos exegetas. Além do mais, o texto em concreto terá que ser analisado na sua relação com os demais livros da Sagrada Escritura.

2) O segundo aspecto a considerar envolve a avaliação do significado do texto bíblico hoje, na nossa concreta situação histórica, cultural e sociológica. Qual a sua relevância e o seu significado? Haverá que ter em conta também que hoje temos um entendimento da escatologia e da relação entre o mundo e o Reino que difere muito da escatologia do Novo Testamento.

3) O terceiro aspecto diz respeito aos diferentes níveis que a Teologia Moral encerra em si mesma: a perspectiva geral da ética cristã, o modelo ético, a pessoa simultaneamente como objecto e agente, o apelo fundamental à conversão de coração, os valores e objectivos da vida cristã, as atitudes, o carácter e as disposições do cristão, as normas e a tomada de decisão concreta.

4) Por fim, no quarto aspecto, haverá que ter em conta a relação entre a Bíblia e outras fontes de sabedoria ética da Teologia Moral. É consensual entre os moralistas católicos que, além das Escrituras, há que ter em conta a Tradição, o Magistério da Igreja, a experiência humana e a razão natural. Contudo, mantém-se em aberto, até hoje, a questão do equilíbrio entre estas fontes da Teologia Moral.

Um pouco nesta linha, James M. Gustafson, após distinguir o “uso moral” das Escrituras do “uso teológico”, sugere, no âmbito do “uso moral”, que a Sagrada Escritura é testemunha de uma grande variedade de valores, normas, princípios e perspectivas, conforme os diferentes livros que a compõem, sem que seja possível reduzir a moral a um único tema de fundo. O apuramento do conteúdo material moral da Bíblia e a sua aplicação hão-de ter em conta, entre outros elementos, a natureza da Sagrada Escritura, a sua mensagem e a relação dos materiais bíblicos com outras fontes de moralidade².

A importância da exegese e da hermenêutica bíblica

¹ Ver CURRAN, Charles; McCORMICK, Richard (Eds.), *Readings in Moral Theology n°4: The use of Scripture in Moral Theology*. New York/Ramsey: Paulist Press, 1984, vii-viii (Prefácio).

² Ver VERHEY, Allen, “The use of Scripture in Ethics”. In CURRAN, Charles; McCORMICK, Richard (Eds.), *Readings in Moral Theology n°4: The use of Scripture in Moral Theology*, pp. 214-227.

O conhecido moralista Bernhard Häring também reflecte sobre este tema num texto intitulado “Compreensão da lei de Cristo na Bíblia”³. Para o Pe. Häring, a lei de Cristo é una e indivisível. Contudo, distinguimos acertadamente as partes e aspectos que são acessíveis aos “olhos da razão” de todos os homens de boa vontade, daqueles que só chegam a nós através duma revelação especial (v.g. pela fé). É a partir daqui que o autor coloca a questão: de que modo é que a Bíblia nos transmite directrizes e normas morais?

O Pe. Häring começa por falar na importância da exegese e da hermenêutica bíblica. A Teologia Moral recorre à exegese para descobrir o que os textos bíblicos realmente dizem e de que maneira podem ser correctamente compreendidos. Com tal finalidade, dá toda a atenção tanto à forma literária quanto ao contexto histórico e cultural. Por isso, é um risco, e até pode ser imprudente, citar textos bíblicos isolados para resolver determinadas questões concretas actuais, a não ser que se tenha o cuidado necessário para discernir a dinâmica do desenvolvimento histórico do conhecimento ético e a própria diversidade existentes entre os livros da Sagrada Escritura.

Neste âmbito, é também oportuno distinguir a exegese da hermenêutica bíblica. Enquanto que a exegese se interessa principalmente por descobrir o que de facto aconteceu e foi escrito naquele tempo, a hermenêutica bíblica procura responder à seguinte pergunta: o que é que a Bíblia nos ensina, aqui e agora, a fim de compreendermos a vontade de Deus?

Uma boa hermenêutica requer conhecimento tanto daquele tempo quanto do nosso tempo, além de uma aguda percepção do horizonte bíblico, de modo a compreendermos a cosmo-visão dos autores bíblicos e a nossa própria maneira culturalmente condicionada de abordar os problemas morais actuais.

Sobre esta matéria, há que referir um documento eclesial muito importante e de grande alcance: o Documento da Pontifícia Comissão Bíblica, intitulado “A interpretação da Bíblia na Igreja”, de 15 de Abril de 1993, que reserva um título especial para a análise da relação entre a Teologia Moral e a exegese («Cap. III - Dimensões características da interpretação católica - D) Relações com as outras disciplinas teológicas - 3. Exegese e Teologia Moral»)⁴.

Este documento afirma que a Bíblia une aos relatos da história da salvação múltiplas instruções acerca da conduta humana a observar pelos crentes, em várias

³ Ver HÄRING, Bernhard, *Livres e fiéis em Cristo. Teologia Moral para sacerdotes e leigos*. Vol. I (*Teologia Moral Geral*). São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, pp. 306-311.

⁴ Ver PONTIFICIA COMISIÓN BÍBLICA, *La interpretación de la Biblia en la Iglesia*. Madrid: PPC Editorial, 7ª Ed., 2001, pp. 106 ss.

formas: mandamentos, proibições, prescrições jurídicas, exortações e investivas dos profetas, conselhos sapienciais, etc.

Ora, uma das principais tarefas do exegeta católico consiste precisamente em esclarecer o alcance e significado deste abundante material, preparando assim o trabalho dos moralistas. Essa tarefa não é simples... Com frequência os textos bíblicos não se preocupam em distinguir os preceitos morais universais das prescrições de pureza ritual ou de regras jurídicas de cunho manifestamente particular. Está tudo “misturado”.

Por outra parte, a Bíblia reflecte uma evolução moral considerável que, conforme sabemos, encontra a sua completude e perfeição no Novo Testamento. Há posicionamentos morais do Antigo Testamento – como o da aceitação da escravatura ou do divórcio, ou o apelo à exterminação de povos inimigos em caso de guerra – que deixaram de ser válidos para a Igreja. Diz-nos a *Dei Verbum* nº15 que o Antigo Testamento contém elementos «imperfeitos e passageiros» que a pedagogia divina não podia eliminar desde o começo, face à mentalidade e cultura daqueles povos mais primitivos. Há, pois, que fazer um discernimento que tenha em conta o necessário progresso da consciência moral.

Mas mesmo o Novo Testamento não é fácil de interpretar no domínio moral, pois expressa-se com frequência em imagens e comparações – cf. Parábolas (as 44 parábolas nos Evangelhos sinópticos constituem cerca de 25% do texto desses escritos) – ou então de modo provocatório e polémico, como na relação controversa entre a lei judaica e o Cristianismo emergente.

Os moralistas têm, pois, o direito de apresentar aos exegetas muitas questões importantes. Em muitos casos, a resposta poderá ser que nenhum texto, *de per se*, trata explicitamente do problema (moral) apresentado. Mas sempre haverá uma orientação moral frutuosa que se possa retirar do conjunto dos textos bíblicos sobre determinados assuntos. Além do mais, sobre os temas morais mais importantes, a moral do Decálogo continua a ser fundamental. E o Novo Testamento tudo ilumina com a revelação do amor de Deus em Cristo.

Ainda no contexto da interpretação bíblica e da sua importância para o discernimento ético dos cristãos, o documento da Pontifícia Comissão Bíblica convida a ter presentes dois critérios à hora de interpretar a Sagrada Escritura em espírito eclesial: o critério da actualização e o critério da inculturação.

Actualização. Na própria Sagrada Escritura se podem constatar dinâmicas de actualização, em que textos mais antigos são relidos à luz de circunstâncias novas e aplicados à nova situação de vida do povo eleito. É o que sucede, por exemplo, entre o livro do Êxodo e do Deuterónimo, ou entre textos do Antigo Testamento

que são objecto de releitura actualizada no Novo Testamento.

A actualização obedece aos seguintes (quatro) princípios:

1) A actualização é possível porque a Sagrada Escritura tem uma dinâmica de plenitude que lhe outorga valor para todas as épocas e culturas (com a devida interpretação...). É o que se depreende de *Is 40, 8; 66, 18-21*, no Antigo Testamento, e *Mt 28, 19-20*, no Novo Testamento.

2) A actualização é necessária, porque, apesar do valor duradouro da mensagem bíblica, os seus textos foram escritos num determinado tempo histórico, em função de circunstâncias passadas e numa linguagem condicionada pela época.

3) A actualização deve ter sempre presente a complexidade da relação entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento, além do Novo Testamento se assumir como o aperfeiçoamento e superação do Antigo Testamento.

4) A actualização realiza-se graças ao dinamismo evolutivo da tradição viva da Igreja (ensinamentos novos retiram-se permanentemente das Escrituras ao longo dos tempos para responder aos novos desafios).

A actualização não pode significar, nunca, a manipulação dos textos bíblicos, forçando-os a uma acomodação de novas opiniões e novas ideologias; é, sim, um critério que permite procurar, sinceramente, a luz que os textos bíblicos contêm para iluminar novas situações e circunstâncias dos tempos presentes, dentro do espírito evangélico. Este papel cabe de modo primacial ao Magistério da Igreja (cf. *Dei Verbum* nº10).

Inculturação. É o outro grande critério proposto por este documento eclesial para a interpretação da Escritura, de natural interesse para o papel da Bíblia no discernimento moral dos fiéis.

Ao esforço de actualização corresponde o esforço de inculturação da Sagrada Escritura, de modo a atender à diversidade de lugares e assegurar o enraizamento da mensagem bíblica nos mais diversos terrenos. Com efeito, toda a cultura humana é portadora, de um modo peculiar, de valores universais estabelecidos por Deus.

O fundamento teológico da inculturação é a convicção de fé que a Palavra de Deus transcende as culturas nas quais se expressa e que tem a capacidade de se disseminar em outras culturas, de modo a poder alcançar todas as pessoas no contexto cultural em que vivem.

A primeira etapa da inculturação consiste na tradução da Sagrada Escritura para a língua nacional de um determinado povo, que por si só implica uma mudança de paradigmas e categorias culturais. Outra etapa, consiste na interpretação da Sagrada Escritura na cultura local, que coloque a mensagem bíblica numa

relação mais patente com os modos de sentir, de pensar, de viver e de expressar-se próprios da cultura local. A partir daí, então, torna-se possível a formação duma cultura cristã local, que irá enraizar a cultura bíblica cristã nas diversas dimensões da existência (oração, trabalho, vida social, usos e costumes, legislação oficial, ciências e artes, reflexão filosófica e teológica, etc.). O documento conciliar sobre a evangelização *Ad Gentes* é particularmente importante a este respeito⁵.

O ensino permanente na Bíblia e as normas materiais concretas (permanentes ou transitórias)

Após este excursus prolongado acerca da importância da exegese e da hermenêutica bíblica para a recta utilização da Sagrada Escritura no domínio moral, e da análise dos critérios (eclesiais) da actualização e da inculturação à hora de interpretar a Escritura, voltamos ao Pe. Häring, desta feita sobre o tema do ensino permanente na Bíblia e a existência de normas materiais (morais) concretas, permanentes ou transitórias.

Para B. Häring, o modo como se procura o ensinamento moral na Bíblia assume muitos e diferentes aspectos. Alguns perguntarão se existem normas permanentes na Sagrada Escritura, pensando principalmente em normas restritivas. Podemos também adoptar um enfoque mais amplo, procurando, em vários sentidos, uma orientação permanente para a vida moral.

Neste domínio, o autor sublinha aquilo que chama de “mandamentos-meta”, enquanto orientação normativa para a conversão e o crescimento permanentes. Existem também normas gerais com o sentido de critérios universais de discernimento, tanto do ângulo do ideal normativo (exº os frutos do Espírito Santo – *Gál 5, 22-23*) como do mínimo absoluto (exº os vícios que os cristãos se devem abster – *Gál 5, 19-21*). Além disso, encontramos na Sagrada Escritura normas expressas que apresentam um ideal muito elevado, como por exemplo as palavras do Senhor sobre o divórcio⁶.

Os autores inspirados não pretenderam escrever algo semelhante à Teologia Moral científica de hoje. O seu ensinamento teológico é querigmático e pastoral. Eles não parecem sentir grande necessidade em abordar separadamente as directrizes mais transcendentais e, em outro momento, as “normas” materiais mais concretas. Por exemplo, em *Rm 12, 1-15; 13; Flp 2, 1-8; 1 Tes 4, 1-12*,

encontramos, paradoxalmente, um certo número de normas gerais um tanto concretas e de imperativos particulares integrados num horizonte mais amplo.

A primeira impressão e a suposição habitual é a de que as normas materiais gerais provenientes das principais perspectivas da fé devem constituir um ensinamento permanente e obrigatório para todos os tempos (o que não exclui o facto de que, através dos tempos, esta mesma verdade possa encontrar diferentes formulações). Não raramente, porém, o próprio contexto e formulação dos autores bíblicos indicam que se trata de um assunto de direcção num contexto histórico único ou até de resposta a um problema local muito particular. Este último é evidentemente o caso da argumentação de Paulo a respeito do véu das mulheres em Corinto (cf. *1 Cor 11, 33-36; 1 Tim 2, 12*).

A referência de Paulo à escravatura não constitui, de todo, uma aprovação divina para tal prática. Pelo contrário, a sua visão representa um passo gigantesco em favor de relacionamentos humanos totalmente renovados, fundados no comum dom da filiação divina. Diga-se o mesmo em relação às suas palavras sobre a obediência às autoridades civis (*Rm 13, 1-7*). Seria um erro de interpretação e de compreensão pensar que Paulo se referisse a uma obediência cega e incondicional. De resto, ele também manifesta sérias reservas em relação às autoridades terrenas e conhece bem os frequentes abusos de que são capazes (*1 Cor 2, 8; 6, 1-7*).

Existem também normas que se acham consistentemente inculcadas na Bíblia e numa parte considerável da Tradição da Igreja, mas cujo teor podemos perceber que não é obrigatório para todos os tempos, devido à ocorrência de grandes mudanças na vida da sociedade. Um exemplo bem conhecido é o da proibição de juros sobre o capital emprestado: cf. *Ex 22, 25; Dt 23, 19-20; Neh 5, 7.10*; etc.). Uma nova situação social e económica irá forçar uma mudança profunda a este nível em relação àquela que era, até então, e indiscutivelmente, uma norma material concreta.

Também se revelam algumas situações em que se verifica uma adaptação no cumprimento das palavras do Senhor. Para B. Häring, as palavras do Senhor proibindo o divórcio e um novo casamento parecem ter carácter absoluto. E podemos ver quão seriamente eram tidas em conta pelas comunidades cristãs primitivas. No entanto, Paulo (cf. *1 Cor 7, 12-16*) – e provavelmente também Mateus (cf. *Mt 19, 9*) – ao transmitir o mandamento do Senhor, permite adaptações, i.e., o melhor cumprimento possível e não uma aplicação sempre literal. Porém, quando o Apóstolo fala, mostra que não atribui o mesmo peso às soluções práticas que propõe e a palavra do Senhor («ordenou eu, mas o Senhor... (...) Aos outros digo eu, não o Senhor...») - cf. *1 Cor 7, 10.12*).

⁵ Ver 'Decreto sobre a actividade missionária da Igreja, *Ad gentes divinitus*', de 7 de Dezembro de 1965.

⁶ Ver HÄRING, Bernhard - *Livres e fiéis em Cristo. Teologia Moral para sacerdotes e leigos*. Vol. 1 (*Teologia Moral Geral*). São Paulo: Ed. Paulinas, 1984, p. 308.

Conclusão

Resumindo, podemos dizer, com o Pe. Häring, que a Teologia Moral tem de se manter sob a autoridade da Palavra de Deus ou então deixa totalmente de ser Teologia. Contudo, a maneira como a Moral procede da Escritura precisa de ser descoberta por meio de profunda e árdua pesquisa e reflexão.

É um facto que a Bíblia não se reduz a um código moral ou uma lista de normas prontas a aplicar, mas não há dúvida que apresenta normas de carácter obrigatório. Entretanto, quanto mais concretas forem algumas normas bíblicas tanto mais cuidadosamente deverá ser tida em consideração a questão das circunstâncias históricas concretas em que elas surgiram.

Por outro lado, a universalidade das normas obrigatórias para todos os tempos não pode ser afirmada com base em apenas um ou dois textos. Por isso, a Teologia Moral jamais se deverá restringir à interpretação de um texto isolado; antes, o ensino moral bíblico deve ser globalmente considerado. No recurso directo a uma norma material concreta bíblica, com a intenção de dar solução (cristã) a uma controvérsia moral actual, haverá que considerar o conjunto da Sagrada Escritura e também da Tradição viva da Igreja.

Artigo recebido em 03/04/2023

Artigo aceite para publicação em 07/05/2023

RECENSÕES